

B I B L I O G R A F I A

ANTÓNIO COSTA PINTO — *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, 148 pp.

Docente de História Contemporânea de Portugal e de História Europeia Comparada (século XX) do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, António Costa Pinto tem-se especializado no estudo das "organizações fascistas" existentes em Portugal nas décadas de vinte e trinta do século XX. No âmbito do processo de elaboração da sua tese de doutoramento ("O fascismo em Portugal nos anos 30"), tem procurado conhecer e sistematizar os principais estudos realizados sobre os regimes totalitários e autoritários de direita existentes na Europa durante a primeira metade do século XX. Com este objectivo, trabalhou, entre 1986-1989 como Investigador no Instituto Universitário Europeu (Florença) e, em 1988 e 1989, como *Fellow* no Departamento de Ciência Política da Universidade de Stanford (EUA).

O salazarismo e o fascismo europeu surge, pois, em resultado de uma preocupação de rigor conceptual, de um esforço de análise comparada da realidade portuguesa e da realidade europeia. Esta postura metodológica, sendo "normal" entre os especialistas das outras ciências sociais (refira-se, ainda, a título de exemplo, a obra de Manuel Braga da Cruz, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988), assume no entanto foros de alguma 'originalidade' entre os historiadores.

Elaborado no seguimento de um outro texto de leitura crítica da

principal bibliografia publicada sobre os fascismos europeus e o Estado Novo ("O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu - velhos problemas, velhas respostas?". *Análise Social*, vol, XXV, n.º 108-109, 1990(4.º e 5.º), p 695-713), o presente texto de António Costa Pinto procura fazer *"um balanço do que foi escrito sobre o regime de Salazar pela investigação das ciências sociais, privilegiando-se aquelas contribuições que assumiram, mesmo lateralmente, uma dimensão comparativa. Não se trata pois de analisar toda a produção sobre o tema, mas apenas aquela que reflectiu modelos interpretativos"* (p. 15).

Centrando a sua atenção no período que decorre entre o início da década de vinte e o fim da Segunda Guerra Mundial, o autor de *O salazarismo e o fascismo europeu* caracteriza e comenta estudos elaborados por especialistas em história, ciência política e sociologia política; integra a produção científica considerada nos respectivos contextos político-ideológicos e sociais globais; analisa, enquanto problemática autónoma, a validade e o universo de aplicação de alguns conceitos teóricos fundamentais (nomeadamente, as noções de "totalitarismo", "autoritarismo", "ditadura", "ultra-conservador" e "conservador"); explicita os seus próprios pontos de vista sobre as questões hoje consideradas mais polémicas; enumera as referências bibliográficas utilizadas.

Da leitura de *O salazarismo e o fascismo europeu* resultam três conclusões globais. O Estado Novo português teria sido, não um regime "fascista", mas sim um regime "autoritário de direita". A categoria de "fascismo" seria aplicável apenas ao estudo dos regimes liderados por Mussolini e por Hitler, ao estudo de movimentos políticos e de correntes ideológicas que, tendo existido em diversos outros países europeus, não conseguiram nunca conquistar o poder pelos seus próprios meios. O conceito de "fascismo genérico", resultante de preocupações essencialmente ideológicas estaria hoje desacreditado, sendo recusado pela quase totalidade dos investigadores.

Nas palavras de António Costa Pinto, o *"salazarismo, como todos os outros regimes autoritários de direita da mesma época, inspirou-se no*

largo espectro das ideologias de terceira via presentes no panorama cultural europeu desde inícios do século, sintetizando fundamentalmente elementos do catolicismo social e da direita radical maurrasiana. No campo das suas instituições e elites políticas, nomeadamente na criação de um regime de partido único estreitamente dependente do governo, na hegemonia da administração, no aparelho corporativo, no recrutamento e composição da elite dirigente, o salazarismo aproximou-se também das ditaduras do mesmo período que não conheceram os aspectos mais determinantes do fascismo[...]. No ascenso autoritário da primeira metade do século XX o fascismo constitui um movimento e um regime particular. Portugal integrou-se sem dúvida neste movimento, mas desconheceu os factores que individualizaram o segundo e o distinguiram da maré ditatorial que povoou parte da Europa desse período" (p. 132/133).

Tendo em conta a sua originalidade (no meio historiográfico português) e a sua operatividade, salientamos ainda algumas propostas interpretativas parcelares apresentadas pelo autor de *O salazarismo e o fascismo europeu*:

a) só a partir da década de sessenta o fascismo passou a ser encarado como objecto de estudo pelas ciências sociais, tendo até então predominado análises essencialmente valorativas e político-ideológicas (favoráveis ou contrárias aos regimes, movimentos e ideais assim adjectivados),

b) em Portugal, quer as características ditatoriais do Estado Novo (até 1974), quer a exiguidade de meios atribuídos à investigação em ciências sociais (antes e depois de 1974), limitaram fortemente, até ao início da década de oitenta, a abordagem científica (objectivante) da temática do fascismo;

c) as interpretações marxistas do fenómeno do fascismo, longe de se limitarem a uma leitura única desta problemática (leitura essa que se resumiria à análise dos mecanismos de determinação das "superestruturas" político-institucionais e ideológicas pelas "estruturas" económico-sociais), assumiram formas e perspectivas diversas, muitas das quais foram pioneiras na afirmação da autonomia da regionalidade político-ideológica em relação à regionalidade económico-social, na reconstituição de modali-

dades de interacção dialéctica (de determinação e sobredeterminação) existentes entre as várias regionalidades da realidade social global;

d) a "sociologia da modernização" (vejam-se, entre outros, David Apter, *The politics of modernization Chicago*, 1965 e A.F.K. Organski, *The stages of political development, New York*, 1965), 'escola' sociológica que encara o mundo contemporâneo sobretudo como espaço de transformação e evolução acelerada (muitas vezes, em resultado da acção mobilizadora e coerciva do estado) tem sido em vários países um dos referentes teóricos mais importantes para o estudo das experiências fascistas (enquanto processos de "modernização" e/ou enquanto fenómenos de recusa e contestação a algumas das 'consequências' dessa mesma "modernização").

Não pretendendo contestar ou diminuir os méritos indiscutíveis deste novo trabalho de António Costa Pinto, gostaríamos, no entanto, de terminar esta recensão chamando a atenção para duas questões pontuais e para uma proposta alternativa de estruturação e utilização do conceito de fascismo.

Quando caracterizou os primeiros estudos comparativos sobre a natureza (político-ideológica e sócio-económica) do Estado Novo realizados, antes de 25 de Abril de 1974, por investigadores portugueses (na sua quase totalidade elaborados e publicados fora de Portugal) o autor de *O salazarismo e o fascismo europeu* poderia ter ainda citado a obra de Vital Moreira, *Direito comparativo. Tópicos das lições do ano lectivo de 1971-72na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* (Coimbra, Unitas, 1973, 2.ª edição). Apesar das limitações resultantes da natureza repressiva da ditadura portuguesa, tratou-se de um esforço pioneiro de análise "científica" (não meramente apologética, condenatória ou descritiva) das características estruturais, dos objectivos (proclamados e reais) e dos resultados concretos do Estado Novo (em si e por comparação com os outros regimes ditatoriais "ultra-conservadores", "nacionalistas" e "corporativistas" europeus).

Tendo referido os condicionalismos de natureza político-ideológica que influenciam (limitam) a capacidade de análise dos investigadores que têm optado por uma utilização "genérica" do conceito de fascismo, António Costa Pinto poderia ter considerado igualmente os contextos político-ideológicos que envolvem as leituras "restritivas" do referido conceito. Na realidade, esta segunda opção surge muitas vezes associada a necessidades e preocupações de desculpabilização e reclassificação de determinados regimes políticos e/ou de fases da história recente de determinados países: o Portugal do Estado Novo (membro fundador da OTAN e parte integrante do "mundo livre"), a Alemanha do III Reich, a Itália de Mussolini, a Espanha de Franco, a França durante a ocupação alemã e o governo de Vichy, etc. Sobre esta questão, vejam-se, entre outros, Enzo Collotti, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992 e João Arsénio Nunes/Ana Calapez Gomes, "Uma luta em torno da imagem histórica: a "polémica dos historiadores na Alemanha", *Vértice*, II Série, n.º 22, Janeiro de 1990, p. 99-105.

Na opinião de alguns investigadores (defensores do conceito de "fascismo genérico"), a proposta de interpretação do Estado Novo e a noção de "fascismo" apresentadas por António Costa Pinto em *O salazarismo fascismo europeu* são insuficientemente operatórias. Essas limitações resultariam, quer de deficiências de estruturação teórica, quer da não consideração de dados empíricos relevantes:

a) uma incorrecta definição e aplicação dos conceitos de democracia, autoritarismo e totalitarismo;

b) a recusa em encarar o fascismo como uma realidade social global (e não apenas como um fenómeno de natureza político-ideológica), paralela e concorrente com o demo-liberalismo e com o socialismo enquanto propostas de reorganização das sociedades contemporâneas (marcadas pela desagregação dos "equilíbrios tradicionais", pela crise do "capitalismo de livre concorrência"/"capitalismo monopolista" e do estado liberal);

c) a recusa em considerar que, apesar de todas as contradições, e tal como o demo-liberalismo, também o fascismo foi uma modalidade de

gestão e reprodução do sistema capitalista;

d) a forma como são encarados os conceitos e a sua função no âmbito do processo de elaboração do conhecimento "científico" (permitem conhecer e comparar realidades parcialmente diferentes, não sendo nunca idênticos a qualquer um dos objectos de estudo considerados);

e) a forma como, na comparação entre os vários regimes, se confundem especificações dentro de uma mesma categoria e categorias diferentes, diferenças de grau e diferenças de natureza, ideais proclamados e prática política concreta, ideais e prática enquanto movimentos políticos e enquanto regimes institucionalizados.

A este propósito, vejam-se entre outros, Jorge Campinos, *A Ditadura Militar (1926-1933)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975; Enzo Collotti, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992; *O fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982; Maria-Antonietta Macciocchi (dir.), *Eléments pour une analyse du fascisme*, 2 volumes, Paris, Union Générale d' Edition, 1976; João Paulo Avelãs Nunes, "O conceito de "fascismo" na história recente de Portugal", *Vértice*, II Série, n.º 52, Janeiro-Fevereiro de 1993, p. 53-65; Dawn Linda Raby, *Resistência antifascista em Portugal. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar (1941-1974)*, Lisboa, Edições Salamandra, 1990; Fernando Rosas e outros (dir.), *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987; Fernando Rosas, "A crise do liberalismo e as origens do "Autoritarismo Moderno" e do Estado Novo em Portugal", *Penélope*, n.º 2, 1989, p. 97-114; Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, vol. XII, 1992; *Vértice*, II Série, n.º 13, Abril de 1989, p. 9-90 ("Em questão: Salazar e os fascismos").